



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO**



LEI Nº 2.421 - de 30 de dezembro de 1.993.

Regulamenta o Art. 196 da Lei Orgânica do Município, cria o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUGUAIANA:

Faço saber, em cumprimento ao disposto no Art. 96, inciso IV, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, e de proposição do Vereador Reinaldo Blanco da Costa, que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, órgão consultivo de assessoramento do Executivo Municipal que compete opinar sobre:

- I** – Assuntos de interesse do consumidor;
- II** – Alternativas de defesa do consumidor;
- III** – Composição, qualidade, apresentação e distribuição de bens e serviços, inclusive de concessionários públicos ou empresas da administração indireta;
- IV** – Perspectiva de interesse do consumidor, inclusive como contribuinte do erário público.

Art. 2º - A política de consumo será planejada e executada pelo Poder Público Municipal, com a participação de entidades representativas do consumidor, de empresários e trabalhadores, visando, especialmente, os seguintes objetivos:

- I** - Instituir o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor;
- II** - Estimular as cooperativas ou outras formas de associativismo de consumo;
- III** - Elaborar estudos econômicos e sociais de mercados consumidores, a fim de estabelecer sistemas de planejamento, acompanhamento e orientação de consumo capaz de corrigir suas distorções e promover seu crescimento;
- IV** - Propiciar meios que possibilitem, ao consumidor o exercício do direito à informação, à escolha, à defesa de seus interesses econômicos, à segurança e à saúde e que facilitem o acesso aos órgãos judiciários e administrativos, com vistas à prevenção e reparação dos danos individuais e coletivos;
- V** - Incentivar a formação de consciência pública, voltada para a defesa dos interesses do consumidor;
- VI** - Prestar atendimento e orientação ao consumidor, através de órgãos especializados;
- VII** - Fiscalizar a qualidade de bens de serviços, assim como seus preços, pesos e medidas, observada a competência do Município.

Art. 3º - Compete, ainda, ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, em caráter permanente e em colaboração com as Comissões Permanentes da Câmara Municipal, quando for o caso:

- A** – receber e investigar denúncias sobre assuntos referidos neste Artigo; e
- B** – propor medidas legislativas de defesa do consumidor.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO**



Art. 4º - O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor compor-se-á de 9 (nove) membros, sendo que 1/3 (um terço) será indicado pelo Poder Executivo e 2/3 (dois terços) por entidades afins, representativas da Comunidade, com seus respectivos suplentes.

Parágrafo único: O Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário e o Tesoureiro serão eleitos por seus pares.

Art. 5º - Os membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos e seu exercício será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 6º - Até o prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua instalação, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser homologado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor a data de sua publicação.

PALÁCIO RIO BRANCO, em 30 de dezembro de 1.993.

ELOY TROJAN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Data supra.

Jorge Giordano
Secretário de Administração.